

CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES – AGOSTO/2022

Prazo	Obrigação	Disposição Legal
Até dia 5	Todos os órgãos jurisdicionados (estadual e municipal) deverão enviar ao TCESP os documento de Atos Normativos e documento de Agente Público – Fase III do sistema Audesp (se houver) relativo a julho de 2022.	Comunicado SDG nº 54/2021, do TCE-SP.
Até dia 5	Os órgãos públicos devem fazer as publicações resumidas dos instrumentos de contrato e seus aditamentos na Imprensa Oficial. OBS.: Para os contratos assinados no mês anterior.	Parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/1993.
Até dia 5	Os municípios devem comunicar à Receita Federal do Brasil – RFB, sobre a regularidade na inscrição municipal ou, quando exigível, na estadual, das ME ou EPP que iniciaram suas atividades no ano-calendário da opção, relativamente às informações disponibilizadas pela RFB do dia 20 ao dia 31 do mês anterior.	Alínea “a”, do inciso III, do § 5º, do artigo 6º, da Resolução CGSN nº 140/2018.
Até dia 5	Os órgãos públicos devem efetuar o pagamento dos salários do mês anterior aos servidores celetistas. OBS.: Para os estatutários deve ser verificada a data fixada no respectivo Estatuto.	§ 1º, do artigo 459, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e Instrução Normativa SRT nº 1/1989.
Até dia 5	Os órgãos públicos que possuem servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que admitiram ou demitiram durante o mês anterior, devem enviar ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Cadastro Geral de Empregado e Desempregado – CAGED. OBS.: As informações no CAGED relativas a movimentações de empregados para fins do seguro-desemprego, devem ser prestadas na data de início das atividades do empregado, quando este estiver em percepção do Seguro-Desemprego ou cujo requerimento esteja em tramitação; e na data do registro do empregado, quando o mesmo decorrer de ação fiscal conduzida por Auditor-Fiscal do Trabalho.	§ 1º, do artigo 1º, da Lei nº 4.923/1965, e artigo 5º da Portaria MTE nº 1.129/2014.
Até dia 5	Os Gestores da Saúde deverão realizar a atualização e envio da remessa de dados no SCNES – Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde, referente a competência do mês de julho de 2022. OBS.: O descumprimento do prazo do envio pode ocasionar o descredenciamento de Equipes de Saúde da Família (ESF), por exemplo.	Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017. Cronograma CNES – 2022.
Até dia 5	Os órgãos e entidades municipais devem disponibilizar na Internet os resumos dos instrumentos de contratos e seus aditivos assinados no mês de junho de 2022.	Inc. XX, do artigo 2º, da Instrução Normativa nº 28/1999 do TCU, e § 5º c/c inciso V, ambos do artigo 1º, da Lei nº 9.755/1998.
Até dia 5	Os órgãos e entidades executivos de trânsito do Município devem efetuar os repasses dos valores retidos das multas de trânsito arrecadadas no mês passado, relativos aos 5% destinado à conta do Funset. OBS.: Salvo se o banco já efetuou a retenção.	Art. 2º, da Portaria DENATRAN nº 242/2015.
Até dia 5	Todos os órgãos jurisdicionados (estadual e municipal) deverão enviar ao TCESP os documento de Atos Normativos e documento de Agente Público – Fase III do sistema Audesp (se houver) relativo a julho de 2022.	Comunicado SDG nº 54/2021, do TCE-SP.
Até dia 5	Os órgãos públicos devem fazer as publicações resumidas dos instrumentos de contrato e seus aditamentos na Imprensa Oficial. OBS.: Para os contratos assinados no mês anterior.	Parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/1993.
Até dia 5	Os municípios devem comunicar à Receita Federal do Brasil – RFB, sobre a regularidade na inscrição municipal ou, quando exigível, na estadual, das ME ou EPP que iniciaram suas atividades no ano-calendário da opção, relativamente às informações disponibilizadas pela RFB do dia 20 ao dia 31 do mês anterior.	Alínea “a”, do inciso III, do § 5º, do artigo 6º, da Resolução CGSN nº 140/2018.
Até dia 5	Os órgãos públicos devem efetuar o pagamento dos salários do mês anterior aos servidores celetistas.	§ 1º, do artigo 459, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e



	OBS.: Para os estatutários deve ser verificada a data fixada no respectivo Estatuto.	Instrução Normativa SRT nº 1/1989.
Até dia 5	Os órgãos públicos que possuem servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que admitiram ou demitiram durante o mês anterior, devem enviar ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Cadastro Geral de Empregado e Desempregado – CAGED. OBS.: As informações no CAGED relativas a movimentações de empregados para fins do seguro-desemprego, devem ser prestadas na data de início das atividades do empregado, quando este estiver em percepção do Seguro-Desemprego ou cujo requerimento esteja em tramitação; e na data do registro do empregado, quando o mesmo decorrer de ação fiscal conduzida por Auditor-Fiscal do Trabalho.	§ 1º, do artigo 1º, da Lei nº 4.923/1965, e artigo 5º da Portaria MTE nº 1.129/2014.
Até dia 5	Os Gestores da Saúde deverão realizar a atualização e envio da remessa de dados no SCNES – Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde, referente a competência do mês de julho de 2022. OBS.: O descumprimento do prazo do envio pode ocasionar o <u>descredenciamento de Equipes de Saúde da Família (ESF), por exemplo.</u>	Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017. Cronograma CNES – 2022.
Até dia 5	Os órgãos e entidades municipais devem disponibilizar na Internet os resumos dos instrumentos de contratos e seus aditivos assinados no mês de junho de 2022.	Inc. XX, do artigo 2º, da Instrução Normativa nº 28/1999 do TCU, e § 5º c/c inciso V, ambos do artigo 1º, da Lei nº 9.755/1998.
Até dia 5	Os órgãos e entidades executivos de trânsito do Município devem efetuar os repasses dos valores retidos das multas de trânsito arrecadadas no mês passado, relativos aos 5% destinado à conta do Funset. OBS.: Salvo se o banco já efetuou a retenção.	Art. 2º, da Portaria DENATRAN nº 242/2015.
Até dia 5	Todos os órgãos jurisdicionados (estadual e municipal) deverão enviar ao TCESP os documento de Atos Normativos e documento de Agente Público – Fase III do sistema AudeSP (se houver) relativo a julho de 2022.	Comunicado SDG nº 54/2021, do TCE-SP.
Até dia 5	Os órgãos públicos devem fazer as publicações resumidas dos instrumentos de contrato e seus aditamentos na Imprensa Oficial. OBS.: Para os contratos assinados no mês anterior.	Parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/1993.
Até dia 5	Os municípios devem comunicar à Receita Federal do Brasil – RFB, sobre a regularidade na inscrição municipal ou, quando exigível, na estadual, das ME ou EPP que iniciaram suas atividades no ano-calandário da opção, relativamente às informações disponibilizadas pela RFB do dia 20 ao dia 31 do mês anterior.	Alínea “a”, do inciso III, do § 5º, do artigo 6º, da Resolução CGSN nº 140/2018.
Até dia 5	Os órgãos públicos devem efetuar o pagamento dos salários do mês anterior aos servidores celetistas. OBS.: Para os estatutários deve ser verificada a data fixada no respectivo Estatuto.	§ 1º, do artigo 459, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e Instrução Normativa SRT nº 1/1989.
Até dia 5	Os órgãos públicos que possuem servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que admitiram ou demitiram durante o mês anterior, devem enviar ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Cadastro Geral de Empregado e Desempregado – CAGED. OBS.: As informações no CAGED relativas a movimentações de empregados para fins do seguro-desemprego, devem ser prestadas na data de início das atividades do empregado, quando este estiver em percepção do Seguro-Desemprego ou cujo requerimento esteja em tramitação; e na data do registro do empregado, quando o mesmo decorrer de ação fiscal conduzida por Auditor-Fiscal do Trabalho.	§ 1º, do artigo 1º, da Lei nº 4.923/1965, e artigo 5º da Portaria MTE nº 1.129/2014.
Até dia 5	Os Gestores da Saúde deverão realizar a atualização e envio da remessa de dados no SCNES – Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde, referente a competência do mês de julho de 2022.	Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017. Cronograma CNES – 2022.





ORIENTAÇÃO PREVENTIVA

	OBS.: O descumprimento do prazo do envio pode ocasionar o descredenciamento de Equipes de Saúde da Família (ESF), por exemplo.	
Até dia 5	Os órgãos e entidades municipais devem disponibilizar na Internet os resumos dos instrumentos de contratos e seus aditivos assinados no mês de junho de 2022.	Inc. XX, do artigo 2º, da Instrução Normativa nº 28/1999 do TCU, e § 5º c/c inciso V, ambos do artigo 1º, da Lei nº 9.755/1998.
Até dia 5	Os órgãos e entidades executivos de trânsito do Município devem efetuar os repasses dos valores retidos das multas de trânsito arrecadadas no mês passado, relativos aos 5% destinado à conta do Funset. OBS.: Salvo se o banco já efetuou a retenção.	Art. 2º, da Portaria DENATRAN nº 242/2015.
Até dia 5	Todos os órgãos jurisdicionados (estadual e municipal) deverão enviar ao TCESP os documento de Atos Normativos e documento de Agente Público – Fase III do sistema AudeSP (se houver) relativo a julho de 2022.	Comunicado SDG nº 54/2021, do TCE-SP.
Até dia 5	Os órgãos públicos devem fazer as publicações resumidas dos instrumentos de contrato e seus aditamentos na Imprensa Oficial. OBS.: Para os contratos assinados no mês anterior.	Parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/1993.

Atenciosamente,
GEPAM, 04 de Agosto de 2022.

